



TRADUÇÕES

Um feminismo zumbi? Promiscuidade e contágio¹:

Políticas sapatão² trans feministas cuir decoloniais

¹ Publicado originalmente como “¿Un feminismo zombi? Promiscuidad y contagio: políticas tortilleras trans feministas cuir descoloniales”. In: FLORES, valeria. *Interrucciones: Ensayos de poética activista*. Escritura, política, educación. Neuquén: La Mondonga Dark, 2013. A obra completa pode ser acessada em: <https://www.bibliotecafragmentada.org>. Seguindo as contestações feministas ao poder das figuras de intelectualidade e autoria, especialmente consolidadas por bell hook, flores nomeia-se em letras minúsculas, grafia aqui transposta. Demais publicações e intervenções de ativismo da autora podem ser acompanhados por meio de seu blog, *Escritos heréticos*. Disponível em: <https://escritoshereticos.blogspot.com/>. Acesso em: 22 jan. 2024.

² N. T. Optei por referenciar o termo “tortilleras”, do título original, como “sapatão” na versão em Português. Na América Latina, tortillera é uma gíria popular derivada do sentido de “torticera” - coisa torta, retorcida -, apropriada pelos movimentos lésbicos e sexo-dissidentes em um processo de não conformação à abjeção pelo dispositivo da sexualidade. Apesar de não existir uma equivalência completa entre os termos, pois “tortillera” também é usado, mesmo que em menor medida, por movimentos lésbicos brasileiros (cf. LEONEL, 2023), a escolha de tradução foi feita considerando que “sapatão” é uma nomenclatura popularizada no Brasil em condições semelhantes. Desde 1970, se disseminou enquanto chamado pejorativo para mulheres em relacionamentos sáficos e, sobretudo, desviantes da feminilidade cisheteronormativa, evocando, em tom negativo, certa masculinidade e aspereza. Desse modo, empregá-la evoca uma cadeia citacional de insistência na não pertença e nas performances dissidentes de gênero e sexualidade, praticada e pensada pelos ativismos lésbicos no Brasil (cf. PACOR, 2021).



Val Flores, *Escritora, professora, ativista da dissidência sexual na Argentina.*

Tradução:

Rafaela Zimkovicz, *Universidade Federal do Paraná (UFPR)*

Resumo. Originalmente publicado na coletânea autoral de poética ativista *Interrucciones* (2013), pelo selo autônomo La Mondonga Dark, o texto apresenta um diagnóstico ético-político para as práticas feministas do Sul. Em interlocução com figurações da ficção científica, ativistas e pensadores³ regionais, e expoentes das filosofias pós-estruturalista e *queer/cuir*, a autora demarca as normatizações impostas pelos feminismos e o movimento LGBTIAP+ institucionalizados. Como contraponto às agendas heterocentradas, higienistas e racistas de securitização neoliberal e essencialização das experiências lésbicas, trans, intersex e das pessoas com deficiência, é proposta uma política de articulações sexo-dissidentes e feminista pró-sexo. De maneira central, ela questiona a postura descritiva assumida pelos estudos de gênero e sexualidade, fornecendo ferramentas teórico-metodológicas para a estruturação de novas tecnologias de subjetivação a partir dos arquivos corpóreos e, à extensão disso, provoca o estremeamento da episteme humanista ocidental e de suas cisões entre ativismo e produção de saberes.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo Pró-sexo. Dissidência Sexual. Ativismo Cuir. Estudos de Gênero. Escrita Ciborgue.

³ N.T. Ao longo do texto, privilegiei a utilização de linguagem não binária, mantendo e dando continuidade à política linguística da autora. Na versão em espanhol, predomina a escrita disruptiva de termos usualmente conjugados no masculino como elemento de universalização, como em "muertxs vivientes" (FLORES, 2013, p. 147, ver p. 5 deste arquivo). Devido às limitações de acessibilidade de dígitos como -x em substituição às vogais -a e -o do Português, priorizei a utilização das terminações em -e e -ie, em consonância com as recomendações da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) para uma linguagem anti-normativa (MARINHO, 2021; SANTOS FILHO, 2021). Em alguns momentos, são empregados dígitos externos ao sistema linguístico do Português e do Espanhol (*). Entendendo que esses usos contém uma proposta de ruptura visual e de leitura que não é contemplada pelo uso das terminações não binárias de uso corrente (cf. FLORES, 2019), eles foram mantidos (ver p. 16).



Não nos reconciliamos com os opressores que atrelam seu gemido ao nosso pranto. Não nos reconciliamos.

Gloria Anzaldúa (1988)

O combate entre a subjetividade crítica e a subjetividade institucional é um combate que reúne várias forças dentro de instituições que são, elas próprias, heterogêneas, com certas tendências dogmáticas ou conservadoras e outras que não o são. É necessário reavaliar permanentemente os poderes hegemônicos em processo de constituição e desfazê-los no processo, sem a ilusão de que iremos acabar com a hegemonia para sempre. Enfraquecer uma hegemonia pode significar também voltar a instituir outra, razão pela qual a vigilância crítica não deve descansar nunca.

Jacques Derrida (1997)

Praticar ativamente a deslealdade tem seu preço e suas recompensas.

Chandra Talpade Mohanty (2008)

...se tivesse que apostar, na contramão de todos os contextos e posições, em uma definição própria de ser feminista (uma e apenas uma), apostaria sem dúvidas em uma posição alinhada a uma política do *enfrentamento do feminismo*. Acompanhando naturalmente todas as complexidades e sentidos entrepostos no sintagma: *o enfrentamento do feminismo*.

Alejandra Castillo (2011)

O único mito moderno é o dos zumbis, esquizos mortificados, bons para o trabalho, reconduzidos à razão.

O Anti-Édipo (DELEUZE; GUATTARI, 2010)

No espaço do burburinho político, na deriva entre a vida e a morte, pela densidade intersticial do espectro que reencarna a negatividade, a meia-voz, reverbera uma pergunta: um feminismo zumbi? Agarrada à escrita como forma de sobrevivência, cotejo um certo feminismo, uma certa forma da teoria feminista, uma certa ação política feminista, através da figuração do zumbi. Uma figura ambígua, duvidosa, com leituras conflitantes sobre sua decomposição móvel e itinerante. A proliferação de ficções sobre zumbis marca uma condição histórica, de transição entre o regime de poder disciplinar para o das sociedades de controle, uma luta entre os diferentes modelos de corpo e suas técnicas de vigilância, controle e produção.



Na literatura fantástica, o zumbi é sinônimo de morto-vivo e, na linguagem cotidiana, designa em sentido figurado pessoas que fazem as coisas mecanicamente, como se estivessem privadas de vontade própria. Ente criado a partir de uma maldição de vudu, cujo encanto o transforma em uma criatura entorpecida e servil a seu amo criador. Por isso, simboliza a antítese da criatividade. Na literatura, o zumbi aparece à margem como esse ser monstruoso que somente vive à sombra de seu criador e para ele. Nos relatos de zumbis, este jamais atua como narrador, pois seu estado de consciência não o permite contar seu enigma, ficamos sabendo sobre seus costumes e manias por terceiros.

Um dos ícones do cinema B⁴, aparece frequentemente em filmes de terror, de ficção científica e no cinema fantástico. Hoje circula como representação da condição humana na era do capitalismo avançado, identidade política das formas da democracia tardia, anti-herói⁵ que personifica uma paródia repulsiva do cidadão ideal, metáfora do trabalhador automatizado. Podemos ler o zumbi no entrecruzamento entre Donna Haraway, quando nos alerta que "nossas máquinas são perturbadoramente vivas e nós mesmos, assustadoramente inertes" (HARAWAY, 2009, p. 42), e o Anti-Édipo, que insinua que a morte imanente, difusa, fechada em si, é o estado que toma forma no capitalismo, a caixa vazia que se desloca a toda parte para tapar os escapes esquizofrênicos e conter as fugas (DELEUZE; GUATTARI, 2010).

⁴ No início, eram considerados tipo B filmes realizados com baixo orçamento e atores iniciantes, não reconhecidos ou em decadência. A classificação seguiu sendo usada após a queda desse sistema e é comumente associada a produções de baixa qualidade. Esse gênero também é conhecido como cinema bizarro, que neste contexto corresponde a estranho, extravagante, insólito. Ele é um tipo de cinema com traços surrealistas e, em algumas situações, quase pornográfico.

⁵ Como diz o "Manifesto zumbi": "Os zumbis são personagens pouco glamourosos em comparação com outros seres do mundo do cinema. Desprovidos de consciência, personalidade e ambição, os zumbis são sobretudo anti-heróis trágicos, uma paródia repulsiva do cidadão ideal, com menos relação com as experiências de vida do que com a repetição automática de velhos costumes de socialização. E ainda assim, mesmo que se concentrem em perseguir os vivos, não podemos evitar de sentir simpatia por esses sonâmbulos inquietantes. Em uma sociedade na qual o significado da palavra "liberdade" é cada vez mais esquivo, não é difícil considerar os mortos vivos como a reencarnação daqueles cortesãos bobos, embora em um estranho estado de decomposição e segurando um espelho que reflete nosso sentir cívico e humano. Quão poderosos devemos nos sentir em nossa pele. Recusar toda lógica e objeto da vida, deixar correr e começar a balançar, gemendo e gesticulando com torpor. Tropeçar pelos subúrbios letárgicos, rondar seus centros comerciais abraçando a promessa consumista da liberação individual. Se alguma vez você já se beliscou para acordar desse sonho trivial chamado vida, console-se, porque você não está sozinho. Se una a nós em uma melancólica revolução sem líderes nem emblemas. Se una a nós para tomar as ruas nesta marcha rumo a um novo amanhecer" (Cf. MARCHA, 2008. Trata-se de um projeto idealizado pelos artistas Iratxe Jaio e Klaas van Gorkum junto à rádio Consonni, com a colaboração das Casas de Cultura de Barakaldo e Arteleku (Foro de Províncias de Gipuzkoa) e o apoio da Câmara de Barakaldo, do Foro de Províncias de Bizkaia e da Cooperativa Euskadiko Kutxa).



Por sua vez, a figuração zumbi inocula também o pensamento acadêmico. O sociólogo alemão Ulrich Beck fala em "conceitos zumbis" como categorias do passado que seguimos usando mesmo que já não tenham mais utilidade e mascarem uma realidade transformada. São termos que em dada época tinham vida e significado, mas que para muitos hoje não significam quase nada. É provável que continuemos empregando-as na atualidade porque não temos argumentos melhores para contrapô-las. No entanto, elas estão mortas.

Recorrer à figura do zumbi não é propor uma alegoria pelo fim do feminismo, não poderia estar mais distante disso. Pelo contrário, suscita uma provocação sobre os efeitos das práticas teóricas, epistemológicas e políticas de certo feminismo, o feminismo de primeiro plano, aquele que tem capacidade de hegemonia por sua convivência com o aparato discursivo estatal, que intensifica o uso de categorias e práticas políticas que nos mantêm como mortes viventes. O modo pessoal com o qual habito e transito no feminismo envolve uma trajetória que abarca uma forte pulsão de reinvenção e de reposicionamento daquilo que chamamos feminismo, segundo a qual não há uma diferenciação unívoca entre teoria e prática, mas sim práticas diferenciadas e sobrepostas. Centralizar como reflexão a pergunta política sobre a possibilidade de o feminismo que praticamos ter um quê de zumbi permite que se escutem seus ecos performativos, demarcando uma preocupação persistente com a busca de práticas de ressignificação e de recodificação anti-hegemônicas frente aos regimes da normalidade. A possibilidade de experimentar ideias, mais do que de compartilhar uma doutrina, implica fazer emergir novas lutas e novos problemas políticos que redesenhem o vasto território de embate e diálogo dos feminismos, no qual se torna iminente o estremecimento e o colapso das identidades diante de qualquer pretensão de enclausuramento.

O zumbi opera aqui como atravessamento intempestivo, ao estilo da escrita ciborguiana de Haraway, para quem

os instrumentos são, com frequência, histórias recontadas, que invertem e deslocam os dualismos hierárquicos de identidades naturalizadas. Ao recontar as histórias de origem, as autoras-ciborgue subvertem os mitos centrais de origem da cultura ocidental (HARAWAY, 2009, p. 86).

A potência das imagens que nos mostram ao mesmo tempo mobilidade e relação nos permite traduzir os modos de interpretação de um tempo particular e seu entrecruzamento político e social,



entreabrindo marcos de leitura não protocolares, em que é possível inserir olhares de suspeita aos cânones do feminismo e aos desses próprios olhares. Tramar esta reflexão como reescritura constante dos feminismos para que não se tornem axioma de verdade, partindo da iconografia da literatura gótica e da ficção científica, é mergulhar nos entrecruzamentos pantanosos - entre o orgânico e o inorgânico, o terror e o medo, e adentrar nos tropos do desvio. Se o monstro gótico nomeia a morte, os monstros da ficção científica aparecem em um contexto simbólico estruturado ao redor da ideia de vida e de suas possibilidades.

Estamos assistindo a uma mutação dos dispositivos biopolíticos de produção e de controle do corpo, do sexo, da raça e da sexualidade. A transformação em larga escala que afeta a natureza dos processos de produção da vida no capitalismo irá modificar também a topografia da opressão e as condições pelas quais a luta e a resistência se fazem possíveis. Será necessário criar novas formas de enfrentamento que escapem do paradigma dialético da vitimização, mas também das lógicas da identidade, representação e visibilidade que têm sido em grande parte reabsorvidas pelos aparatos comerciais, midiáticos e de hipervigilância como novas instâncias de controle. Parte do desafio político se tratará de como as minorias sexuais e os corpos cujo estatuto como humanidade ou cuja condição de cidadania têm sido colocados em questão pelos circuitos hegemônicos da biotanatopolítica poderão ter acesso às tecnologias de produção da subjetividade para redefinir o horizonte democrático (PRECIADO, 2009a, p. 58).

Refletir hoje sobre feminismo é, por isso, tornar explícita a trama invisível que ata um nome e uma escrita, uma vida e uma política, uma identidade e um corpo, um momento histórico e uma ação política, um paradigma epistemológico e um regime econômico.

Sob uma pulsão descolonizadora, este anseio de interrogação do feminismo para o próprio feminismo requer, como sugere Mohanty ao apontar o universalismo etnocêntrico,

dois projetos simultâneos: a crítica interna dos feminismos hegemônicos do 'Ocidente', e a formulação de interesses e estratégias feministas baseados na autonomia, geografia, história e cultura. O primeiro é um projeto de desconstrução e desmantelamento; o segundo, de construção e criação. Esses projetos - o primeiro funcionando de maneira negativa e o segundo de forma positiva - parecem contraditórios, mas a menos que seus respectivos trabalhos sejam abordados simultaneamente, os feminismos do "terceiro mundo" correm o risco de se ver marginalizados e guetizados tanto nas tendências principais (de direita e esquerda) do discurso



feminista, como no discurso feminista do ocidente (MOHANTY, 2008, p. 127).

Nesse sentido, a colonização discursiva se refere a uma certa forma de apropriação e codificação de "produção acadêmica" e "conhecimento" sobre os sujeitos generificados e sexuados do terceiro mundo por meio de categorias analíticas particulares, e em quase todos os casos implica uma relação de dominação estrutural e uma supressão, muitas vezes violenta, da heterogeneidade do sujeito ou dos sujeitos em questão. A prática de uma política feminista demanda necessariamente interrogar e questionar aquelas identidades e diferenças sobre as quais se ancoram as práticas e discursos da ordem heterocapitalista, racista e patriarcal, a fim de desestabilizar a organização das identidades segundo a diferença dos sexos, questionando em primeiro lugar a natureza do "ser mulher", o que obriga a multiplicar os desvios, posicionamentos e escritas possíveis. Ainda, a cristalização de uma política feminista que tem na identidade "mulher" e nas lutas feministas contra as estruturas de dominação patriarcal seus dois principais pontos de referência e apoio mantém uma ideia autocentrada e exclusivista de sujeito. As lutas por igualdade de direitos entre homens e mulheres constituem a agenda principal de um feminismo afirmativo que vê na mulher o princípio de definição de toda política feminista, o que gera efeitos excludentes para outros corpos e subjetividades igualmente regulados pelas tecnologias de gênero.

Uma prática feminista crítica, de resistência e negatividade,

deve estar aberta ao inesperado, ao porvir; deve trabalhar aberta e secretamente em favor do intempestivo, do inesperado, daquilo que demanda com urgência um presente, mas que ao mesmo tempo é estranho ou alheio a qualquer presente. Em outras palavras, talvez alinhadas às que podemos encontrar nos posicionamentos de Rosi Braidotti ou Donna Haraway, poderíamos dizer que uma prática feminista não pode ser definida positivamente, pois ser partidária da revolução ou da utopia requer um certo não-saber no coração do seu saber, impulsiona a prática de uma política sem identidades e definições pré-estabelecidas (CASTILLO, 2011),

as quais são sempre elementos contextuais e posicionais, alertas aos aparatos de captura que desejam mantê-las fixas e lineares. O feminismo zumbi segue trabalhando com o gênero como sendo sinônimo de mulher e um ponto de confluência, ao invés de interpelá-lo como um regime normativo fundante da opressão e um território de discussão e disputa política. Por isso, a desessencialização da categoria de gênero,



que não implica abandonar o feminismo, mas sim questionar seu heterocentrismo e racismo, é uma tarefa imprescindível para compreender as atuais incertezas consonantes ao compromisso político que apresenta uma concepção anti-substancialista do sujeito, em geral, e do sujeito do gênero, em particular.

Desejar e praticar uma política feminista que se faça incômoda reverbera em um ativismo bastardo que transita entre o teórico e o ficcional, que entende a configuração do espaço comum como uma figuração múltipla e aberta, e que pensa sobre o político e o impolitizável de sua constituição como território de disputa entre o que é representado e o que fica fora desse campo. Esta política do feminismo exige de nós mais contaminações de práticas e discursos e menos desejo de pureza, contágios que nos obrigam a entrecruzar arte e política, economia e sociedade, cultura e história. Um trabalho de leitura e reescrita criativa capaz de desarticular os saberes e domínios existentes para dar lugar a novas passagens de pensamento, reconhecendo filiações e trajetos, e multiplicando as "desordens anarco-barrocas"⁶. Algumas políticas de promiscuidade infectam as políticas de interpelação do feminismo e questionam o padrão moderno da política através de estratégias da ficção, do trabalho de pensar mundos possíveis e inapropriáveis que a linguagem da universalidade humanista decreta como menos "real" ou menos "efetivo". Isso impulsiona também a discussão das formas que nossos corpos adquirem para que possamos desaprender, sem melancolia, a morfologia atual das nossas identidades (CASTILLO, 2011).

Práticas de promiscuidade que expressam uma hibridização de dinâmicas, de conjuntos heterogêneos e proliferantes nos quais o sentido não está nunca a salvo de reversões parciais, que coexistem sem um sentido a priori capaz de organizar as trocas e os fluxos ou dar coerência e estabilidade circunstancial às práticas coletivas. Demandam uma leitura das micromutações incessantes do tecido social, mudanças que somente podem ser percebidas e interpretadas através da experiência da proximidade. A promiscuidade não se deixa confundir com um caos "a ordenar", mas sim compreende

esse ambiente imbricado constituído pelas combinações que se criam no terreno lamacento e no qual os tecidos políticos, capazes de formar uma força em um espaço concreto durante ao menos um breve lapso de tempo, são sempre provisórios⁷.

⁶ Expressão de Nelly Richard utilizada ao abordar a obra *Impuesto a la carne*, de Diamela Eltit (2010).

⁷ "Quando a realidade funciona de acordo com operadores de conexão que simulam ou clonam essa dimensão, a ambivalência que rege o promíscuo é traduzida imediatamente como um novo código,



Os conflitos e antagonismos de saberes que emergem das fissuras contra a autoridade do discurso centralizado operam como a força de desajuste que deve sacudir a língua normalizada do feminismo e sua disciplina acadêmica, gerando uma abertura das fronteiras do conhecimento a problemáticas até agora marginalizadas dentro do paradigma monocultural da razão ocidental-dominante. Desse modo, a condição aporética do pensamento feminista se soergue e se mantém vivaz.

Assistimos hoje a um tempo marcado pela hegemonia da reprodução sexual, do binarismo de gênero, da visão, da fala, da mobilidade e da imunidade, em que a naturalização e a privatização do corpo contrastam com a invenção e a distribuição diferencial de órgãos e fluídos (útero, seios, semen, sangue, morfologia facial, massa muscular, gordura, cor da pele) e com a tecnificação crescente das funções reprodutivas e do âmbito do "bem-estar" e da saúde. O feminismo sapatão viado trans cuir e decolonial se distancia, de um lado, do que Jackie Alexander e Chandra Tapalde Mohanty denominam "feminismo de livre mercado", que já lançou suas demandas de vigilância e repressão vinculadas ao biopoder e exige que elas sejam aplicadas (na forma de censura, castigo e criminalização) em nome "das mulheres" e para a proteção destas. De outro, ele se constrói também em oposição a um movimento gay normatizado cujas retóricas de liberação têm sido retomadas seguindo os círculos de socialização indivíduo/família/nação, um ativismo majoritário, manso e amnésico que busca o consenso e a integração, o respeito justo da diferença tida como tolerável, frequentemente reduzida ao fetiche multicultural em processo de espetacularização própria. As políticas gays e lésbicas de identidade aceitaram a lógica liberal segundo a qual a existência e a representação políticas significam direito ao consumo e visibilidade midiática. Como sobreviver aos efeitos normatizantes das políticas de identidade? (PRECIADO, 2009b, p. 163) Não há e nem pode haver uma pretensão de purificação do sujeito político a não ser sob o risco de normatização, opressão e reprodução de novas exclusões. A higienização sexual da política através de uma narrativa de direitos que satura o campo se produz ao difundir que os sujeitos se tornam mais "humanos", mais "pessoas" uma vez que perdem a marca de diferença que gerou sua

sequestrando sua potência inovadora, governando seu devir. Os "e's" que expressavam heterogeneidades abrem espaço para outros "e's" que colocam em jogo, através de um mesmo código midiático, diferenças recortadas e recombinadas do terreno da imagem e da linguagem pré-fabricadas" (COLECTIVO SITUACIONES, 2009).



inquietação. A inclusão no reconhecimento do direito que é propagandeada como a resolução automática das desigualdades na verdade intensifica-as ao despolitizá-las. "Os direitos são o emblema da soberania fantasmagórica do indivíduo não emancipado" (Wendy Brown)⁸.

Importunar o feminismo com o espectro zumbi incita repensar os processos de sublevação dos sujeitos excluídos do contrato democrático iluminista, o arquivo que surge das práticas de saber da crítica da normatização, e a emergência de corporalidades dissidentes, menores, subalternas que se reapropriam das tecnologias de produção do corpo e da identidade. O corpo⁹ não é natureza, mas um índice político de linguagens e técnicas, produzido pelos poderes soberanos e biopolíticos. Quais modelos de corporalidade operam no feminismo da igualdade e da diferença, no feminismo liberal e abolicionista, assim como nos movimentos LGBT, queer, trans, intersex e pós-pornô? Nas últimas décadas, por conta da força de interpelação dos sujeitos excluídos da ação e do discurso político, dos ativismos radicais, de teorias desconstrutivas e pós-estruturalistas, o feminismo e seu sujeito "mulher" têm se fragmentado. Se para muitas isso significa uma perda de poder e uma pressão política, para outras é uma oportunidade de multiplicar possibilidades, de abertura para mais interesses, realidades, e para a diversificação de autorias. A eclosão das identidades e a emergência de uma polifonia de vozes (sapatonas, travestis, transgêneras, viadas, putas, imigrantes, etc) provocaram a descentralização de toda grande narrativa, e privilegiaram a especificidade situacional das práticas e discursos. Nesta transitividade de vozes, corpos, personagens, cenas, não se trata de propor grandes celebrações, tampouco de alcançar um lugar ou forma definitiva, mas sim um incessante deslocamento que reinvente soberanias provisórias, atentas e gozantes, criando cenários de concordância efêmera.

Contudo, predomina no cenário político e cotidiano um pânico moral/sexual que se difunde pela opinião pública em reação à presença de figuras socialmente reconhecidas que são abertamente gays, lésbicas, trans, e que trabalham para promover suas causas políticas dentro das suas próprias instituições. Esse pânico revela o que constitui o discurso legítimo sobre os sujeitos não heteronormativos: quem está autorizado a

⁸ Discussão desenvolvida em CABELLO, 2011.

⁹ "O corpo moderno é antes de tudo um aparato somático estratificado, denso, sempre moldado por técnicas biopolíticas que simultaneamente o subjugam e o dotam de potência de ação" (PRECIADO, 2011).



falar, a quem ele se dirige e quais seus efeitos de verdade, o que coloca em evidência a notável facilidade com que certos indivíduos com autoridade social podem comunicar "verdades" sobre um sujeito LGT – se a mensagem já está presente no destinatário, nem precisa ser enviada, apenas ativada. "Os discursos homofóbicos funcionam mais como peças de uma estratégia mais abrangente e sistemática de deslegitimação" (HALPERIN, 2000, p. 54). Por isso, mesmo que o establishment gay tenha produzido seus próprios regimes disciplinares, suas próprias técnicas de normatização, devemos enfrentar não apenas os agentes de opressão específicos, como a polícia ou os agressores da população LGBTIAP+, nem somente as proibições formais, explícitas, tampouco apenas as instituições hostis como a educação e a saúde, mas igualmente as estratégias impressionantes e polimorfas de homofobia que modelam os discursos públicos e privados, e saturam todo o campo da representação cultural.

A promiscuidade e o contágio entre feminismo e dissidência sexual se sustenta sobre uma tensão inaudível. Por um lado, há essa força vital fugitiva da cristalização de formas; por outro, a maquinaria cultural com suas moralidades, imperativos e formulações. Com essas fraturas e tensões, se produzem os desenquadramentos identitários de sujeitos que não se pensam segundo as coordenadas assinaladas pelos corpos políticos convencionais do movimento feminista e LGBT. Poéticas de fuga de vozes e corpos, práticas e teorias, políticas e estéticas, que polemizam e disputam os discursos hegemônicos a partir das dissidências sexuais e de gênero. Desse modo, essas outras narrativas de si e dos outros, esses nomes "impróprios" para a lógica policial do Estado vão ocupando e des-habitando as margens que as políticas feministas e LGBTIAP+ constroem.

O substrato identitário excessivamente fixo e arraigado das lutas feminista e LGBT costuma bloquear as linhas de expressão daqueles materiais convulsionantes, das quebras de identidades, da vadiagem imaginativa que a incerteza do não garantido representa no horizonte da previsibilidade política. Os discursos LGBT e feminista mais institucionalizados privilegiam narrativas de conciliação e apaziguamento para que as vozes incomodantes que reclamam, confrontam e desaprovam não desalinhem a prudente busca por equilíbrio da política institucional. Daí sua gramática zumbi. Por isso, habilitar um espaço ativo de questionamento capaz de refletir como as próprias práticas de resistência criam também silêncios e



marginalizações, bem como de contemplar a multiplicidade que nos habita e percorre, é parte de se interceptar o espírito zumbi do momento.

São muitas as linhas descontínuas, as rupturas e torções em uma memória da dissidência não plena, desregrada e revoltosa. Ela torna problemáticas as programações de identidade segundo narrativas monolíticas e uniformes do discurso de direitos, as quais inibem a variação contínua das diagonais cujos enunciados flutuantes designam composições híbridas e identidades transitórias. Para coletar essas desconexões de identidade, precisamos de narrativas abertas às separações, multiplicidades e às dispersões de vozes que se lançam, de maneira heterogênea, nos intervalos de narrativas não unificadas.

As vozes insubmissas que se atrevem a questionar a ritualização zumbi da identidade, a qual homogeniza o formato de protesto social, libertam aquilo que ficou aprisionado pela política institucional e potencializam uma força crítica de estranhamento ao interromper os discursos, práticas, políticas e estéticas mais ortodoxas e desviá-las rumo à ruptura dos entes que assujeitam as paisagens que habitualmente nos rodeiam. É a licença poética do ativismo mais lúdico e radical que rompe a clausura do saber e as identidades corporativas, que materializa uma complexidade de jogos de linguagem capazes de descentralizar as categorizações sociais, históricas e políticas mais comuns. Os folhetos político-ideológicos costumam apontar como defeito a irregularidade das falhas de textura e dos vazios de representação que justamente nos fazem entender que nenhum relato deve se manter autocentrado na falsa pretensão de expressar verdades inteiras, significados totais. É urgente para nós, como ativistas e teóricas feministas e da dissidência sexual, a tarefa de uma crítica vigilante das nossas linguagens que não queira mimetizar a superficialidade midiática da atualidade; uma crítica que se oponha e resista tanto ao realismo prático do saber instrumentalizado dos especialistas, como ao sentido comum do mercado cultural e a suas banalizações comunicativas da globalização neoliberal.

Promiscuidade e contágio de práticas que desemboquem em um feminismo zumbi, introduzindo-se nas zonas de atritos, fricções e interstícios, onde tornam-se materiais de leitura e análise distintos tipos de práticas sociais, de simbolizações culturais e de modelações estéticas que não conseguem se juntar facilmente em uma mesma composição de paisagem porque a operação de espacialização em esferas autônomas aplicada pelos protocolos especializados da academia ou da luta política fixa as delimitações de sujeitos e objetos de estudo. Promiscuidade e contágio para incitar que o discurso da violência contra as mulheres não



se articule com o discurso da (in)segurança; que a denúncia da exploração sexual não seja imposta às trabalhadoras sexuais autônomas e organizadas; que o discurso do abuso sexual não sustente premissas homofóbicas; que a denúncia da mutilação genital de meninas africanas não tenha como pano de fundo o silêncio sobre a mutilação genital infantil intersex; que o discurso pelo direito ao aborto não difunda argumentos que sejam lesbo ou transfóbicos; que as narrativas sobre o corpo contemporâneo não reivindicuem a natureza e os matizes moralizantes sobre seus usos e prazeres; que os estudos de gênero não pressuponham um corpo padrão; que o discurso das mulheres não subjuguem as lésbicas enquanto parte de uma coercitiva unidade; que os relatos sobre as experiências de aborto não avivem o trauma para além de marcá-lo como prótese da maternidade compulsória e forçada; que o discurso da heteronormatividade compreenda a criminalização do aborto como modo repressivo de sua institucionalidade, que o discurso LGBTIAP+ seja mais que identitário e expresse uma oposição partilhada à diferença sexual como matriz natural e necessária de subjetivação; que os estudos acadêmicos de gênero não reduzam as pressões, constrictões e restrições do gênero somente ao corpo das mulheres; que os discursos sobre o prazer se articulem e se sobreponham aos discursos do cuidado; que as posições pró-sexo sejam ouvidas e valorizadas para repensar as modalidades de regulação dos prazeres em um tempo histórico estruturado pela indústria pornográfica; que o discurso sobre a intersexualidade não seja casuístico, mas pensado como algo que nos atravessa todes, a todo momento¹⁰, entre muitas e infinitas outras inquietações.

Promiscuidade e contágio que, longe da lógica da unidade e do consenso, de um relato único e linear, habilite uma rearticulação sem premissas de pureza nem de promessas sem falhas, que incite sim a multiplicidade na dispersão, fazendo da vulnerabilidade corporal sua plataforma de ação e de resistência comum. Uma passagem de certa semiótica política da representação a uma semiótica política da articulação, porque quando a diferença política é reconstituída em

¹⁰ "Cada vez que se toma por consenso que todas as mulheres têm vagina, ou que todos os homens podem urinar em pé, cada vez que alguém afirma que os únicos cromossomos humanos são ou XY ou XX, cada vez que se diz que somente os homens têm testículos e apenas as mulheres ovários, cada vez que se assume que os genitais "normais" trazem felicidade, cada vez que se acredita que essa "normalidade" deve ser paga a qualquer preço...a intersexualidade nos atravessa. E forma parte do que somos, mesmo que nem remotamente passe por nossa cabeça ou corpo que, entre outras coisas, somos isso" (CABRAL, 2009, p. 8).



termos de opções binárias, a experiência constitutiva acaba sendo trocada por uma representação codificada dela própria.

Na materialidade das vidas concretas, situadas, diárias, encontramos - ou não - as condições para alargar nossas possibilidades corporais, sempre em um marco epistêmico/discursivo hegemônico de inteligibilidade genérica, que outorga coerência e estabilidade aos corpos. Ao expropriarem as tecnologias de produção corporal e da subjetividade exercidas pela tutela jurídica e médica, e reclamarem seu uso crítico e sua redefinição coletiva, os corpos já não são definidos por sua independência e soberania, mas por sua relacionalidade constitutiva. Essa situação nos conduz a pôr em prática um feminismo molecular contra um feminismo de Estado, que exceda as políticas de identidade e de representação. Se a medicina é o modo hegemônico de regulação e construção dos corpos, com a consequente perda de autonomia da soberania de decisão, a dependência em relação aos medicamentos e ao modelo hospitalar, e a constante patologização de condutas, sensações e prazeres; se o dispositivo jurídico e midiático penaliza e estigmatiza práticas e identidades através das normativas legais e do aparato repressivo das forças de segurança; se as instituições do Estado estabelecem as regulações do que é público (espaço, conhecimento, sujeitos, política, etc), urge a nós construir um feminismo que persiga a desmedicalização, a descriminalização, a desestigmatização, e a desestatização das sexualidades, dos corpos e das subjetividades. Um feminismo que, independente do nome que se atribua, será, de qualquer maneira e por sorte, deslocado por suas próprias forças divergentes e de dissenso. Um feminismo que ressalte sua potência como laboratório de propostas de ação de resistência contra a normatização institucional, criando as condições de enunciação para produzir um saber sobre nós mesmas e trabalhando com múltiplas intersecções de força e vetores de subjetividade, inclusive divergentes entre si, porque nem o "eu" nem o "nós" são categorias fixas e absolutas.

São as condições históricas dos modos de subjetivação zumbi que, modelando sujeitos maquinais perenes e protótipos de consumo, nos demandam um feminismo que visibilize nossas contradições e conflitos, que assuma sua condição como fragmentado e cindido, que permita entrar e sair das composições de identidade, seguindo os desafios pautados pelos diferentes horizontes que vão da teoria ao ativismo, passando pelo trabalho intelectual, a militância cidadã e a criação



estética. Um feminismo que evite as totalizações identitárias¹¹, que se movimente em planos de interrelações que se desfazem e se refazem segundo as circunstâncias, libertando os mundos simbólicos dos imaginários culturais e estéticos em que a relação entre discurso e subjetividade se torna mais oblíqua, e que muitas vezes ficam inibidos em meio aos discursos excessivamente programáticos de reivindicação e militância.

Deixar de viver sob a visão dos olhos do Ocidente significa se distanciar da naturalização do corpo, do eu essencializado e da metafísica de uma identidade feminina cativa do binarismo de gênero, isto é, de entender as mulheres como uma realidade biológica pré-definida, mas, sobretudo, as mulheres como se devessem ser brancas, heterossexuais e de classe média. Ainda mais e, fundamentalmente, implica questionar a codificação colonial da diferença que considera todo "outro" um receptor passivo de múltiplos estratos de dominação, para assim desestabilizar a unidade que reinstitui de novo e de novo a subordinação como condição de sua possibilidade baseada em exclusões. Porque os olhos do Ocidente não são artefato apenas de quem nos olha, também são parte do fundo de nossa retina, a partir do que compomos nosso próprio olhar.

Me arrisco a uma política feminista que assuma a pergunta desfigurada e desconcertante de um feminismo zumbi?, que não pretenda enclausurá-la às respostas históricas do já formulado, neutralizando-a como espaço de problematização, ameaçando-a com a possibilidade de um fim. Uma pergunta que, mesmo que exígua, seja um desafio para a imaginação teórica, à capacidade para fabular por nossa conta e para a sensibilidade presente em nossas práticas, fornecendo impulso inadiável para relançar as perguntas políticas radicais - hoje em suspenso - e uma chamada a recriar uma nova gramática política.

Feminismos dissidentes, indomáveis, que recuperam a existência de fragmentos discursivos e identitários de memórias de lutas com as

¹¹ Nesse sentido estabeleci minha participação nos "I Diálogos do ativismo lésbico" como parte de um conjunto de reflexões de outras ativistas lésbicas: "uma das minhas muitas preocupações gira em torno de como o ativismo lésbico assim como o movimento de dissidência sexual e de gênero, que se centra na redução da política a certas práticas, espaços e vozes, a qual já vem se instalando há algum tempo. Esse modo predominante de fazer política, que se converte no exclusivamente legítimo, valida os pressupostos de que para além das instituições do Estado não há poder possível, e, portanto, desconhece e se encarrega de silenciar aqueles agenciamentos e modos de organização que não têm o Estado como principal interlocutor. Dessa maneira, uniformizam-se as linguagens, as ações, os discursos, os emblemas, os interlocutores segundo as convenções de uma língua técnico-administrativa. Assim, se as rugas de identidades, as rupturas da identificação sexual, as formas singulares de habitar os corpos não se inserem no catálogo estatal do reconhecível, desaparecem do discurso público e a potencialidade refratária de seus gestos convulsivos e perturbadores dos processos de normatização é desativada" (FLORES, 2011a).



quais aprendemos a fazer do "pessoal é político" o horizonte da invenção coletiva e de processos de intensa conflitualidade subjetiva. Feminismos cujos sujeitos de enunciação são um vasto universo de indisciplinades do gênero, da sexualidade, da classe e da raça, críticos dos processos de purificação e repressão dos projetos feministas que estabelecem alianças com o estado, o aparato repressivo e o puritanismo. O "proletariado do feminismo", como nomeou Virginie Despentes, ou, em uma versão local, o "lumperio LGBTIAP+" (FLORES, 2011b), faz e desfaz os códigos de uma subjetividade feminista constituída por múltiplas corporalidades: as putas, as sapatatas, *s intersex, as machonas, *s trans, as travestis, as mulheres não brancas, as violentadas, as ativistas pró-sexo, *s praticantes de S/M, as trabalhadoras sexuais lésbicas, as afrodescendentes, as mulheres de povos originários, *s consumidor*s de drogas, *s com deficiências, as presas, as gordas, e um tumultuado etcétera sem nome que excede qualquer descrição.

Reflexões finais

Se o feminismo envolve o movimento de pensar, sob um regime de atribuição forçada de gênero, sobre as práticas de liberdade com o propósito de intensificá-las nos corpos, é válido circunscrever sua luta a somente um corpo - de mulheres -, cuja inteligibilidade está dada pelas normas reguladoras de gênero, que ao mesmo tempo o limitam e oprimem? Por isso, mais do que uma pergunta lúgubre sobre o feminismo, um feminismo zumbi? É uma oportunidade política de construirmos uma pertença que não fique sujeita ao domínio genital, e sim ao acionamento de pragmáticas que desdobrem e aumentem a potência de vida de todos os corpos. Essa é a força propulsora da desconstrução que precisamos lubrificar, muito distinta da lógica de supressão ou expulsão. Então, sem deixar de prestar atenção ao fato de que qualquer identidade é uma ficção reguladora que constrói suas próprias exclusões e silêncios, a tarefa política para tecer essas articulações exige uma crítica das categorias de identidade que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam, imobilizam, e, também, das próprias identidades que são acionadas como estratégia política para a mobilização de demandas.

Em cumplicidade e persistência com um desejo vital pela liberdade corporal, que assume a tensão de não delegar ao espaço do Estado a



possibilidade de seu exercício, "a arte da inservidão voluntária", que inaugura toda a prática crítica, localiza e aponta o poder confortavelmente instalado nas epistemes dominantes de uma cultura como centro da sua investida. A crítica constitui uma prática através da qual formulamos os limites dos nossos modos de conhecimento mais seguros, dos modos de saber que se reconstroem dentro de nossa vida cotidiana e que regulam nosso senso comum. E, assim como a leitura, ela requer uma certa paciência, que demanda que ajamos um pouco mais como vacas do que como humanos, aprendendo a arte do lento ruminar, diria Nietzsche.

Um feminismo zumbi? é a pergunta-pêndulo arisca para um feminismo atento a suas próprias produções putrefatas e a suas zonas viventes, às suas várias hibridações. Um feminismo de terror, de classe B, bizarro e extravagante, que mantenha a suspeita sobre os automatismos de suas próprias categorias à medida que produz medo como vetor de sua ameaça visceral para a ordem vigente de desigualdade econômica, social e cultural. Uma montagem criativa entre o gótico e a ficção científica, o orgânico e o inorgânico, entre vida e morte, corpo e tecnologias, feita de políticas sapatãs trans feministas cuir decoloniais que falam em línguas para "não serem possuídas pela linfa de deus" (CORBALÁN; FLORES, 2012), nem do estado, da pátria ou do casamento.

Referências

ANZALDÚA, Gloria. "Hablar en lenguas. Una carta a escritoras tercermundistas". In: MORAGA, Cherríe; CASTILLO, Ana (ed.) *Esta puente, mi espalda*. San Francisco: Ism Press, Inc, 1988.

CABRAL, Mauro (ed.). *Interdicciones: escrituras de la intersexualidad en castellano*. Córdoba: Anarrés Editorial, 2009.

CABELLO, Cristian. Iguales no somos: libertad, sexualidad y liberalismo en la discusión mediatizada sobre matrimonio homosexual en Chile. In: JORNADAS ESTUDIANTILES DE TEORÍA DE GÉNERO, 2., 2011, Santiago. Anais [...]. Santiago: Facultad de Derecho de La Universidad de Chile, 2011.

CASTILLO, Alejandra. Entrevista a Alejandra Castillo, "Tránsitos entre la academia y el feminismo". Realizada por Paola Uribe Valdés. *Revista Multidisciplinaria de Género y Cultura*, al Sur de Todo, 2011. Disponível



em: <https://oge.cl/transitos-entre-la-academia-y-el-feminismo/>. Acesso em: 22 jan. 2024.

COLECTIVO SITUACIONES. *Impasse: dilemas políticos del presente*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2009.

CORBALÁN, Macky; FLORES, valeria. "Lenguaraz". Editora La mondonga dark. 2012.

DELEUZE, Guilles; GUATTARI, Félix. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Ed. 34, 2010.

DERRIDA, Jacques. Una filosofía deconstructiva. *Zona erógena*, v. 35, p. 1-10, 1997.

FLORES, valeria. I Diálogos críticos del activismo lésbico. 2011. Disponível em: https://potenciatortillera.blogspot.com/2011/07/i-dialogos-criticos-del-activismo_02.html. Acesso em: 22 jan. 2024.

FLORES, valeria. Un pensamiento lumpérico.: de comunidades imaginadas, protocolos identitarios y lenguaje de derechos. In: JORNADAS CINIG DE ESTUDOS DE GÊNERO E FEMINISMOS: "FEMINISMOS DEL SIGLO XX: DESDE KATE MILLETT HASTA LOS DEBATES ACTUALES", 2., 2011, La Plata. Anais [...] . Facultad de Humanidades y Ciencias de La Educación. Universidad Nacional de La Plata, 2011. Disponível em: <https://memoria.fahce.unlp.edu.ar/library?a=d&c=eventos&d=Jev4927>. Acesso em: 22 jan. 2024.

FLORES, valeria. *Interruqiones: Ensayos de poética activista*. Escritura, política, educación. Neuquén: La Mondonga Dark, 2013. Disponível em: <https://www.bibliotecafragmentada.org>. Acesso em: 22 jan. 2024.

FLORES, valeria. Lengua viva, disturbios somáticos ¿deseo de normalización?. *Escritos heréticos*. 2019. Disponível em: <https://escritoshereticos.blogspot.com/2019/11/lengua-viva-disturbios-somaticos-deseo.html>. Acesso em: 23 jan. 2024.

HALPERIN, David. *San Foucault: para una hagiografía gay*. Córdoba: Cuadernos de Litoral, 2000.

HARAWAY, Donna J. (2009) *Manifiesto ciborgue: ciencia, tecnologia e feminismosocialista no final do sec XX* in: TADEU, Tadeu (org.) *Antropologia ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora.



LEONEL, Vange. Ninguém vai me ofender. *Diversidade*. 2023. Disponível em: <https://cidadeverde.com/diversidade/121521/ninguem-vai-me-ofender>. Acesso em: 22 jan. 2024.

MARCHA Zombi Barakaldo. Barakaldo: Videoconsonni, 2008. Color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=X5d9xkxTu34>. Acesso em: 22 jan. 2024.

MARINHO, Enilda Valéria Gomes. *Quem tem medo da linguagem não-binária?*. 2021. 151 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2021.

MOHANTY, Chandra Talpade. Bajo los ojos de occidente. *Academia Feminista y discurso colonial*. In: NAVAZ, Liliana; HERNÁNDEZ, Rosalva Aída (ed.). *Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes*, 2008, p. 112-161.

PACOR, Mariana. Sapatão-imagem, sapatão-poema: retratos e escritas de si.. *E-BOOK X CINABEH - Vol 01...* Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/75040>. Acesso em: 23/01/2024.

PRECIADO, Paul B.. Transfeminismo y micropolíticas del género en la era farmacopornográfica. *Artecontexto: arte, cultura, nuevos medios*, Madrid, n. 21, 2009, p. 58-59.

PRECIADO, Paul B.. Terror anal. In: HOCQUENGHEM, Guy. *El deseo homosexual*. Santa Cruz de Tenerife, España: Melusina, 2009.

PRECIADO, Paul B.. Cuerpo impropio: guía de modelos somatopolíticos y sus posibles usos desviados. 2011. Disponível em: <https://cartografiatransfeministas.wordpress.com/2011/10/12/cuerpo-impropio-guia-de-modelos-somatopoliticos-y-sus-posibles-usos-desviado-s/>. Acesso em: 22 jan. 2024.

SANTOS FILHO, I. I. dos. Afrontas queer/cu-ir: linguagem não-binária na escrita acadêmica (implicações políticas e possibilidades). *Revista da ABRALIN*, v. 20, n. 3, p. 1256-1275, 2021.



¿Un feminismo zombi? Promiscuidad y contagio: políticas tortilleras trans feministas cuir descolonial

RESUMEN: Publicado originalmente en la colección autoral de poética activista *Interrucciones* (2013), del sello autónomo La Mondonga Dark, el texto presenta un diagnóstico ético-político para las prácticas feministas en el Sur. En interlocución con figuras de la ciencia ficción, activistas y pensadoras regionales y exponentes de las filosofías post-estructuralista y *queer/cuir*, la autora delimita las normalizaciones impuestas por los feminismos y el movimiento LGBTI+ institucionalizados. Como contrapunto a las agendas heterocéntricas, higienistas y racistas de la securitización neoliberal y de la esencialización de las experiencias lésbicas, trans, intersexuales y discapacitadas, se plantea una política de articulaciones sexodisidentes y feministas pro-sexo. De modo central, cuestiona la postura descriptiva adoptada por los estudios de género y sexualidad, lo que proporciona herramientas teórico-metodológicas para estructurar nuevas tecnologías de subjetivación basadas en archivos corporales. Al hacerlo, provoca un temblor en la episteme humanista occidental y sus escisiones entre el activismo y la producción de saberes.

PALABRAS CLAVE: Feminismo pro-sexo. Disidencia sexual. Activismo cuir. Estudios de Género. Escritura Cyborg.

Val FLORES

Escritora, profesora, ativista da dissidência sexual na Argentina. Tortillera masculina, feminista heterodoxa queer pós-fugitiva, sudaka, antiespecista. Fundadora do coletivo Fugitivas del Desierto (2004-2008); do selo La Mondonga Dark (Neuquén, 2012), em parceria com a ativista e jornalista Macky Corbalán; e articuladora do arquivo Potencia Tortillera (2011-). Autora das coletâneas Deslenguada (2010) e Romper el corazón del mundo: Modos fugitivos de hacer teoría (2021), discutindo possibilidades de produção de saberes, políticas e memórias lésbico-cuir decoloniais.



Rafaela ZIMKOVICZ (Tradutora)

Mestranda pela Universidade Federal do Paraná, com enfoque nos Estudos de Gênero e Sexualidade. Pesquisa movimentos de feminismo autonomista, dissidências sexuais e queer-feminismo da América Latina, com ênfase nas ações de militâncias contemporâneas por aborto seguro. Integra o Núcleo de Estudos de Gênero (NEG) e o Laboratório de Investigação em Corpo, Gênero e Subjetividade na Educação (LABIN) da UFPR.

Recebido em: 22/02/2024

Aprovado em: 26/12/2024